

Cherkassky crê que só trabalho tira País da crise

SÃO PAULO — "Não existem soluções milagrosas para tirar o País da crise". Essa frase pronunciada pelo empresário Horácio Cherkassky, Presidente da Associação Nacional dos fabricantes de Papel e Celulose, certamente resume o pensamento do empresariado para 1985 e para o próximo Governo. Para os empresários, crescer é fundamental, desde que com controle da inflação e, principalmente, sem grandes alterações na política econômica.

Considerado pelos próprios colegas como um empresário de extrema sensibilidade para as questões sociais, quando capacidade administrativa e um eterno bom-humor, Cherkassky entende que um Governo que já se declara como de transição não pode adotar medidas de impacto e até mesmo demagógicas.

Ele cita o caso argentino com o Presidente Raul Alfonsin elevando salários acima da inflação e congelando preços, com efeitos ao contrários ao que se esperava. Na opinião de Cherkassky, os salários devem ser corrigidos ao nível da inflação e a antecipação trimestral, segundo ele, é uma prática que deverá ser adotada pela maioria das empresas em 1985.

— Ninguém deve esperar por um milagre — diz Cherkassky — é possível, gradativamente retomar um nível razoável de crescimento através do lento reaquecimento da demanda interna e da evolução constante das exportações.

Para o empresário André Kaufmann, Presidente da Associação Brasileira de Metais Não-Ferrosos (Abranfe) — que congrega centenas de pequenas e médias empresas consumidoras e transformadoras de alumínio, zinco, chumbo, cobre, níquel e estanho — não é possível esperar soluções definitivas já em 1985. Segundo ele, serão necessário pelo menos mais dois anos para que a economia chegue a um ponto razoável, ou seja, menor desemprego e recuperação dos níveis de atividades da indústria vigentes em 1980.

Na opinião de Kaufmann, a questão trabalhista será um dos itens sobre os quais as empresas terão de se debruçar em 1985. "Os empresários terão que se conscientizar de que existe um novo quadro nas relações entre capital e trabalho e que será preciso ouvir e dialogar muito", afirma o Presidente da Abranfe, acrescentando que a legislação salarial é hoje uma espécie de "amarra"



“Ninguém deve esperar por um milagre. O País poderá retomar razoável ritmo de crescimento com o aquecimento da demanda interna e a evolução das exportações”

HORÁCIO CHERKASSKY, Presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Papel e Celulose.

que gradativamente terá de ser liberalizada.

Mas não é a atual lei salarial que Kaufmann quer que seja, aos poucos, substituída pela negociação direta. Existem outras "amarrações" na economia diz ele — controle de preços e restrições às importações — que precisam ser, gradativamente eliminadas. Na verdade, observa o empresário, todos esses controles demonstram a enorme interferência do Estado sobre a economia que precisa acabar. E nisto ele está otimista: o novo Governo, na sua opinião, será formado por pessoas mais liberais que defenderão uma economia ordenada dentro de um capitalismo moderno.

Na opinião de Cherkassky, o próximo Governo assumirá carregando consigo uma dose de confiabilidade tão grande que será possível manter "um esquema de cooperação mútua", aquilo que vem sendo chamado de pacto social, uma expressão que Cherkassky considera desgastada. Esse esquema, na opinião do empresário, certamente gerará benefícios para todos: o reaquecimento econômico permitirá uma melho-

ria da renda para os trabalhadores dos quais será exigido mais produtividade.

— Aliás, mais produtividade, diz Cherkassky, será fundamental para a manutenção do crescimento das exportações uma vez que alguns fatores que determinaram o bom desempenho em 1984 não estarão presentes em 1985. O empresário observa, por exemplo, que o crédito-prêmio do IPI às exportações será extinto logo nos primeiros meses do próximo ano. Além disso, os empresários terão de se ajustar ao novo esquema de financiamento às exportações pela rede privada dos bancos e, sobretudo, destaca Charkassky, a contínua valorização do dólar em relação às moedas europeias podeibir a importação dos produtos brasileiros, uma vez que aqueles países necessitarão de mais dólares para o País — destaca Cherkassky, acrescentando que a indústria de papel e celulose deverá registrar em 1985 o mesmo volume de exportações de 1984: US\$ 800 milhões.

Em relação à inflação, os empresários concordam: a meta acertada com o Fundo Monetário Internacio-

nal (FMI) de uma taxa média de 120 por cento em 85 é um objetivo desejado, mas que não será alcançado. Eles entendem também que falar em inflação acima de 300 por cento "é criar uma expectativa indesejável". Cherkassky está trabalhando com uma taxa próxima de 200 por cento.

O Presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Luis Eulálio de Bueno Vidal Filho, acha que se quisermos manter o mesmo ritmo de crescimento industrial e de empregos registrado em 1984 a inflação terá de ser também mais ou menos a mesma.

Controlar a inflação, na opinião do Presidente Fiesp, é uma prioridade que pode ser alcançada se o Governo efetivamente, partir para um rigoroso programa de contenção dos gastos públicos. Ele, não crê que seja o caso de se cortar investimento "porque estes foram cortados", mas eliminar desequilíbrios crônicos, entre eles, as distorções da Previdência Social.

Luis Eulálio defende o fim da aposentadoria por tempo de serviço ou seria substituída por uma idade-limite, considera necessária maior rigor na concessão de aposentadorias por invalidez e acha que o trabalhador rural também deveria contribuir para a Previdência Social.

— O Funrural, um benefício concedido aos trabalhadores rurais seria extinto e esses trabalhadores entrariam no esquema normal de aposentadoria — diz ele.